Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA AGENCIAINFRA.COM

Serviço de Notícias - INFRAEnergia

Brasília, *|DATE:d|* de agosto de *|DATE:Y|*
edição 426

Bom dia, *|FNAME|*!
Nesta edição do INFRAEnergia: Ministro | CNPE | PPP de iluminação | Diário Oficial | Fique de Olho | Clipping

MINISTRO DE MINAS E ENERGIA DIZ QUE DESCONHECE OS RUMORES SOBRE A SUA SAÍDA DO CARGO

Leila Coimbra, da Agência iNFRA

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse à **Agência iNFRA**, nesta quinta-feira (29), que desconhece os rumores que circularam nos bastidores políticos, de que sua saída do cargo estaria na mesa de negociação entre parlamentares e o Palácio do Planalto.

Nos últimos dias surgiu nos corredores do Legislativo a conversa de que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), teria dito que nenhum projeto do interesse do MME seria pautado no plenário da Casa enquanto Bento ocupar a cadeira de ministro. Dentre eles a PEC da Cessão Onerosa - que precisa ser votada até a próxima semana para que o leilão ocorra neste ano - e o PL do GSF (risco hidrológico).

Cargos em estatais

O motivo do desentendimento, segundo consta, seria o fato de Alcolumbre ter pedido cargos na Eletronorte, em Furnas e em Itaipu, que foram negados pelo almirante - já que a determinação do presidente Jair Bolsonaro na época era de não negociar indicações políticas.

"Eu desconheço isso, e conheço o Davi desde o primeiro mandato dele como deputado federal e temos uma excelente relação tanto profissional como pessoal, um tratamento de amizade", disse o ministro à **Agência iNFRA**, por telefone.

Sobre a informação de que o presidente do Senado teria pedido cargos, o ministro respondeu: "Eu nunca recebi dele nenhum pedido que não fosse republicano".

Indicação ao STM

Nos corredores políticos também surgiram rumores de que o almirante poderia ser indicado pelo presidente Jair Bolsonaro a uma vaga no STM (Superior Tribunal Militar), em 2020, se saísse agora do cargo de ministro.

Em maio do próximo ano o almirante de esquadra Álvaro Luiz Pinto se aposenta no Superior Tribunal Militar, uma vaga destinada a um oficial da Marinha na ativa.

A indicação seria uma espécie de prêmio caso Bento deixasse o ministério para satisfazer a um suposto pedido do presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

O ministro disse, no entanto, que essa tese não faz sentido, uma vez que ele não poderia assumir o STM, mesmo se quisesse: "Em maio de 2020 eu já estarei na reserva, porque entro compulsoriamente no dia 31 de março. Então, mesmo se eu quisesse, não haveria essa possibilidade", disse Bento.

Cotados

Em meio aos rumores da possível vacância da cadeira de chefe da pasta de Minas e Energia, surgiram também os prováveis candidatos à sucessão. O nome citado como favorito foi o do ex-ministro Fernando Coelho Filho (DEM-PE), que contaria com o apoio dos seus colegas de partido: o presidente do Senado e também o da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Corre por fora o ex-deputado baiano José Carlos Aleluia, que também é do DEM e tem forte atuação no setor elétrico, mas está no momento sem mandato.

voltar para o topo

CNPE DECIDE ACABAR COM DIFERENCIAÇÃO DE PREÇOS DO GÁS DE COZINHA EM 2020

Lucas Santin, da Agência iNFRA

O gás de cozinha deixará de ter preços diferenciados. A decisão foi tomada durante reunião do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), na última quinta-feira (29). A medida busca proporcionar maior competitividade ao mercado. A diferenciação de preços foi estabelecida por uma resolução do conselho em 2005. A medida entra em vigência em 1º de março de 2020.

"O que nós estamos trabalhando é que não haja um só agente no setor, que é o que ocorre hoje no país. E não há nenhum interesse do mercado de investidores em entrar nesse negócio, já que só há um competidor. Então, a ideia é que haja mais competição, outros atores participem do mercado", disse o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, em entrevista coletiva após a reunião do Conselho.

De acordo com Bento, a diferença entre o preço de botijão subsidiado já não é mais significante. Além disso, usuários que não necessitam do subsídio estavam sendo beneficiados. Bento comentou que a diferenciação de preços e os subsídios eram para ajudar os consumidores de baixa renda, mas que os usuários de gás de classes mais altas estavam se beneficiando porque não havia fiscalização efetiva.

"Os preços praticados hoje aqui no Brasil já estão bem próximos do botijão de 13 quilos. Está com uma diferença de 5% na variação de preço, já foi cerca de 70%, 74%, no passado", observou. Segundo nota divulgada pelo Ministério da Economia, o preço do gás de cozinha no Brasil é de cerca de R$ 24. A cotação internacional varia entre R$ 10 e R$ 16. Mas o preço que chega ao consumidor final pode chegar a até R$ 90 em algumas cidades.

Outra decisão do conselho foi a criação de um comitê para verificar a redução da quantidade de enxofre no combustível de navios. "O acordo ratificado estabeleceu que o limite deve passar dos atuais 3,5% para 0,5%, a partir de 2020. Na prática, a medida faz com que a emissão de poluentes dos navios diminua, melhorando a qualidade do ar", diz a nota divulgada pelo CNPE.

Cessão Onerosa

O ministro Bento pretende lançar o edital do leilão da cessão onerosa na próxima sexta-feira (6), após a aprovação do edital pelo TCU (Tribunal de Contas da União). Entretanto, a PEC (proposta de emenda constitucional) 98, que aborda o assunto, foi adiada novamente no Senado.

Para que o leilão dos excedentes da Cessão Onerosa ocorra ainda neste ano, o plenário do Senado precisa aprovar a PEC antes da data do edital, prevista para 6 de setembro, conforme o anúncio do ministro.

"Eu acredito que sim. O Senado está aí para o último passo que precisar, no que diz respeito ao Congresso Nacional. Era para ser ontem, talvez seja hoje. Aquela dinâmica própria que o Congresso tem, que a gente sabe. Então, realizado isso, sexta-feira que vem, dia 6, nós acreditamos que estamos dentro do cronograma", disse Bento.

O ministro acredita que o TCU pode aprovar o edital ainda na semana que vem. Dessa forma, tudo teria que acontecer em uma semana, da aprovação no Senado ao lançamento do edital. Bento comentou que haveria uma reunião entre o tribunal e o MME (Ministério de Minas e Energia): "Temos reunião hoje para tratar vários assuntos, e esse é um dos itens que está na pauta permanente".

voltar para o topo

COM ÁGIO DE 46% E 8 CONCORRENTES, PORTO ALEGRE CONCEDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

da Agência iNFRA*

No leilão do setor de infraestrutura com maior número de participantes na década na B3, a Prefeitura de Porto Alegre (RS) concedeu a iluminação pública da cidade. É a segunda maior capital do país a encerrar seu processo de passagem do serviço para a iniciativa privada, com uma oferta que obteve 46,6% de desconto em relação à proposta inicial.

A proposta da prefeitura era uma contraprestação mensal de R$ 3,2 milhões. O vencedor da disputa seria a empresa que ofertasse o maior deságio. Dos oito disputantes, quatro se qualificaram para o viva voz que acabou concluído com uma oferta de R$ 1,74 milhão do Consórcio IP Sul, liderado pela Quantum e que conta com as empresas GCE, Fortnort e STE.

Os 100 mil pontos de iluminação da cidade serão trocados no período de dois anos, num investimento estimado em R$ 280 milhões. O prefeito da cidade disse que o próximo desafio agora é fazer a concessão do saneamento, que segundo ele terá o contrato para estruturação do projeto também feito em parceria com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

O secretário de parcerias da cidade, Thiago Barros Ribeiro, afirmou que o sucesso do leilão foi fundamentalmente pela boa estruturação do projeto, feita pelo banco. Osmar Lima, chefe de departamento do BNDES e responsável pelo projeto, disse que passou a adotar uma estratégia diferente, que ele chamou de "PPP Pé no Chão".

Os processos de PPP de iluminação vinham tendo pouco sucesso pelo país porque as cidades queriam estruturar o projeto com outros serviços vinculados ao que se convencionou chamar de smart cities. Mas isso acabava criando barreiras para a concessão e a execução dos contratos.
A ideia, então, foi simplificar o processo para que ele ficasse só na área de iluminação e deixasse pronta uma espécie de rede na cidade por onde se pode começar os processos de smart cities.

"A inovação aqui foi criar uma modelagem que fosse leiloada, e o contrato de 20 anos, cumprido", brincou Lima.

Além da PPP de Porto Alegre, outras oito cidades já estão com projetos em licitação ou prontos. São elas Teresina (PI), Macapá (AP), Caruaru e Petrolina (PE), Vila Velha (ES), Pelotas e um consórcio de 15 cidades no RS. O investimento estimado nessas concessões é de R$ 1,5 bilhão, Porto Alegre inclusa.

Segundo o presidente do BNDES, o potencial de investimentos em modernização da iluminação pública no país é de R$ 30 bilhões. Os projetos, segundo ele, podem ser tocados sem custos para o município, já que a estruturação é feita pelo banco, sem pagamento de valores pela cidade, e a contraprestação posterior é com recursos arrecadados na conta de energia.

Projetos de outras cidades
Após o leilão, a B3 e a Houer Concessões, que foi a empresa contratada pelo BNDES para estruturar o projeto de Porto Alegre, promoveram um evento na Bolsa para apresentar projetos de concessões e PPPs de infraestrutura urbana de estados e municípios que vão ser colocados em leilão nos próximos anos na B3.

Além de Porto Alegre, foram apresentados projetos das prefeituras de Angra dos Reis (RJ) e Santa Luzia (MG). As apresentações estão disponíveis neste link.
*O jornalista viajou a convite da Houer Concessões

voltar para o topo

DIÁRIO OFICIAL

A-6 - Portaria 337 do Ministério de Minas e Energia aprovou a Sistemática a ser aplicada na realização do Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração "A-6", de 2019.
A-4 - Portaria 340 do Ministério de Minas e Energia divulgou para Consulta Pública a minuta de Portaria em Anexo contendo as Diretrizes para a realização do Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimento de Geração Existente "A-4", de 2020.
CDE - Portaria 331 do Ministério de Minas e Energia divulgou para Consulta Pública a proposta de orçamento da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) do Programa "Luz para Todos", para o ano de 2020. Contribuições por sete dias.
Suprimento - Portaria 339 do Ministério de Minas e Energia divulgou para Consulta Pública o "Relatório do Grupo Temático Critérios de Garantia de Suprimento". Contribuições pelo prazo de 10 dias.
Leilão - Despacho 2.415 da Secretaria Executiva de Leilões da ANEEL habilitou proponentes do Leilão 03/2019 de energia A-4.
Comercialização - A ANEEL autorizou a EBCE (Empresa Brasileira de Comercialização de Energia) a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).
Geração - A ANEEL liberou para operação comercial 14 unidades da EOL Zeus II, somando 29 MW, em Campo Formoso (BA). Foram liberadas para testes uma unidade da UTE Siderúrgica Barão de Mauá, com 1,2 MW, em Sete Lagoas (MG); e seis unidades da UTE Caviana-CDE, somando 2,2 MW, em Manacapuru (AM).
TUST - Despacho 2.374 da ANEEL publicou a TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) aplicável à Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia, no ponto de conexão da Subestação Urupês 2 138 kV.
Fiscalização - Despacho 2.404 da ANEEL fixou a TFSEE (Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica).
Gás - Portaria 338 do Ministério de Minas e Energia designou membros do Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural, instituído pelo Decreto 9.934/2019.
Receita - **João Paulo Ramos Fachada Martins** foi exonerado do cargo de subsecretário-geral da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia. **José de Assis Ferraz Neto** será o substituto.
Concursos - Instrução Normativa 2 do Ministério da Economia dispõe sobre critérios e procedimentos gerais para autorização de concursos públicos e de provimento de cargos públicos, no âmbito da administração pública federal.
Susep - Resolução 374 da Susep (Superintendência de Seguros Privados) aprovou o Regimento Interno do órgão.
AGU - Orientação Normativa 57 da AGU (Advocacia-Geral da União) considerou incompatível com as carreiras jurídicas da União a participação em arbitragem e atividades de compliance.
Auditores - Decreto 9.994 alterou o Decreto 9.366/2018, que regulamenta os critérios e os procedimentos específicos para o desenvolvimento dos servidores nos cargos das carreiras tributária e aduaneira da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho.

voltar para o topo

FIQUE DE OLHO

RESPOSTA DA ELETROBRAS À AGÊNCIA iNFRA - Sobre a matéria "Plano de Demissão Voluntária da Eletrobras Atinge Apenas Um Quarto da Meta", a Eletrobras esclarece que "não houve em nenhum momento a meta de desligamento de 5.204 empregados e que as metas de redução de pessoal definidas para 2018, 2019 e 2020 não são cumulativas e sim ajustadas ao quantitativo de desligamentos realizados e à análise da força de trabalho necessária. Em 2018, foi estabelecida a meta de redução de 3.017 empregados, tendo ocorrido 905 desligamentos. Sendo assim, a diferença entre o previsto e o realizado no ano de 2018 foi redistribuída para os anos de 2019 e 2020, passando a ser de 1.145 e 1.042 empregados, respectivamente. Logo, não é correto somar 2.187 com 3.017 para encontrar a meta". A **Agência iNFRA** informa que todos os números do texto foram encaminhados por e-mail pela própria Eletrobras.

Agenda do Ministro - Hoje (30), o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, cumpre agenda no Rio de Janeiro. Às 10h, participa de reunião do Conselho da NUCLEP (Nuclebrás Equipamentos Pesados). Às 12h30, participa de almoço-palestra no CEBRI (Centro Brasileiro de Relações Internacionais). Às 15h, reúne-se com o Conselho da EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

Ação Judicial - A 5ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal confirmou na última quarta (28) decisão que suspendeu no início deste mês decisão de primeira instância que condenou a Chesf a pagar indenização de R$ 432 mi pelo atraso na entrada em operação comercial da linha de transmissão 230 kV Extremoz II - João Câmara II. Por quatro votos a um, os desembargadores julgaram improcedente a sentença que determinava o ressarcimento de prejuízos alegados pela Energia Potiguar Geradora Eólica e por outras empresas autoras da ação judicial. A decisão tem efeito suspensivo até o julgamento definitivo da ação. Em comunicado, a Eletrobras disse que manterá o mercado informado sobre o processo.

Eletrificação em Áreas Rurais - A CME (Comissão de Minas e Energia) aprovou projeto do deputado Zé Silva (SD-MG) que obriga a aplicação anual de pelo menos 10% dos recursos do FFE (Fundo Federal de Eletrificação) no financiamento de programas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no meio rural. Pela proposta, o Ministro das Minas e Energia deverá orientar a medida. Atualmente 5% do FFE são usados em projetos de eletrificação rural, por força de decreto que regulamenta o fundo.

Petróleo e Gás - A CME (Comissão de Minas e Energia) da Câmara dos Deputados aprovou na última quarta (28) relatório do deputado federal Altineu Côrtes (PL-RJ) ao projeto de lei que fixa os percentuais de conteúdo local mínimo em licitações de blocos para a exploração e produção de petróleo e gás natural.

Diesel - A CME (Comissão de Minas e Energia) da Câmara dos Deputados rejeitou proposta que tinha o propósito de liberar o uso do diesel em automóveis pequenos. Relator do PDL (Projeto de Decreto Legislativo) 52/19, o deputado federal Cléber Verde (REPUBLICANOS-MA), recomendou a rejeição do projeto. Segundo ele, em vez de autorizar o diesel como fonte energética, o Brasil precisa incentivar o uso de carros elétricos ou movidos a etanol - duas opções menos poluentes.

Agenda ANEEL - O diretor-geral da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), André Pepitone, realiza hoje (30) visita à Usina Cocal, em São Paulo.

Procedimentos de Rede - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou a revisão de vários submódulos dos Procedimentos de Rede do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), para incorporar a flexibilização do enquadramento no despacho centralizado de usinas hidrelétricas com potência superior a 30MW, que não estão vinculadas à segurança operacional do SIN (Sistema Interligado Nacional). A regra que obriga o acionamento de hidrelétricas de menor porte pelo ONS admite exceções como as das UHEs Juba I e Juba II, por exemplo, que operam como autoprodutores, sem garantia física e sem contratos de comercialização de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Contratos de Energia - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) suspendeu o despacho que impedia a alteração dos contratos de comercialização de energia da CPFL Paulista e da CPFL Piratininga com os geradores Campos Novos Energia, Companhia Energética Rio das Antas, CPFL Geração de Energia e Foz do Chapecó Energia, que pertencem ao mesmo grupo econômico. A decisão atende a uma determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em ação judicial apresentada pelas empresas.

Cemar - O MME (Ministério de Minas e Energia) aprovou como prioritário o programa de investimentos da Cemar para modernização e expansão da malha de distribuição energética do Maranhão, num aporte total de aproximadamente R$ 608,8 milhões até 2020, sendo R$ 213 milhões a serem investidos neste ano.

Canadian Solar - A fabricante e fornecedora de soluções fotovoltaicas Canadian Solar obteve o financiamento adicional de R$ 487 milhões para os projetos referentes às plantas solares de Francisco Sá e Jaíba, localizadas em Minas Gerais. Desde o início deste ano, a empresa canadense conseguiu R$ 782 milhões em financiamento de projetos solares com o BNB (Banco Nacional do Nordeste do Brasil). As plantas de 114,3 MW de Francisco Sá e 112,4 MW de Jaíba serão custeadas ao longo de 23 anos nas fases de construção e operação dos projetos.

GD Solar - GD Solar anunciou expansão em sua atuação no mercado de energia. A empresa irá realizar um movimento na sua estrutura e irá criar outras duas novas linhas de negócios, tornando-se a maior holding de geração de energia solar fotovoltaica em B2B do país. Com isso, o grupo passa a atuar em três diferentes áreas: geração distribuída de energia, mobilidade elétrica urbana e comercialização de energia.

CCEE - Com o tema "Preço Horário e Limites do PLD", a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) encerrou sua participação no 16º Enase (Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico). Responsável por calcular o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), a instituição destacou análises do comportamento do preço em base horária e a importância de aprimorar a metodologia de cálculo do PLD para reduzir sua volatilidade.

Prazos CCEE - Hoje (30) é a data-limite para pagamento dos reembolsos de sub-rogação da CCC (Conta Consumo de Combustíveis) e para divulgação dos relatórios de pré-liquidação do MCP (Mercado de Curto Prazo), referentes a julho. Também é a data-limite para validação do processo de liquidação financeira de Energia de Reserva pelo auditor independente. Outras informações estão disponíveis neste link.

voltar para o topo

CLIPPING

Política de preço para gás de cozinha chega ao fim
O CNPE revogou a norma que permitia a prática de preços diferenciados do GLP, mais conhecido como gás de cozinha. (Valor, Folha de S.Paulo, O Globo)

Nova política de dividendos da Petrobras não será imediata
Para analistas, estatal só deve pagar remuneração mais volumosa a partir de 2021. (Valor)

Voltalia aposta em leilões de renováveis
Francesa mantém a estratégia de desenvolver empreendimentos de geração renovável "híbridos" entre mercados livre e regulado. (Valor)

Quantum vence PPP de iluminação
Empresa catarinense oferece deságio de 45,6% e arremata contrato de 20 anos com Porto Alegre. (Valor)

PPSA adota sistema digital para contratos do pré-sal
Programa prepara estatal para leilão de excedente neste ano. (Valor)

Acelerar obras e programa de concessões é a saída, diz Silber
A expansão de 0,4% do PIB no segundo trimestre não sinaliza que o Brasil deixou para trás o ritmo lento de recuperação observado nos últimos dois anos. (Valor)

Venda de estatais impulsiona negócios no país
Mercado de fusões e aquisições registrou expansão de 28% de janeiro a julho de 2019, segundo PwC. (Valor)

Eletrobras e Correios são as mais atrativas no PPI
Dentro do pacote de 17 estatais anunciadas pelo governo no PPI para privatização, Eletrobras, Correios, Codesp, CBTU, Serpro e Dataprev são as mais atrativas, segundo as empresas de auditoria e consultoria Deloitte, EY, KPMG e PwC Brasil. (Valor)

Gestão Covas briga com Sabesp, Comgás e Enel por buracos no asfalto e poda de árvores em SP
Prefeitura crê que intervenções das concessionárias estão danificando vias da cidade. (Folha de S.Paulo)

TST dá prazo para Petrobras e sindicatos aceitarem proposta de mediação para acordo trabalhista
O tribunal sugere que a mediação ocorra até 27 de setembro e os sindicatos se comprometam a não fazer greve e comparecer às reuniões agendadas e a Petrobras a prorrogar o acordo coletivo de trabalho durante o período de mediação. (Reuters)

voltar para o topo

i ENERGIA

A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, entre em contato.
O **Serviço de Notícias INFRAEnergia é destinado a assinantes**. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos dos serviços da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.
Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço infrajornalismo@agenciainfra.com em seus contatos.
Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.

Imagens:

Artes:

Equipe Agência iNFRA
Editor-Chefe: Dimmi Amora
Editora de Energia: Leila Coimbra
Repórteres: Bernardo Gonzaga e Lucas Santin. **Redação:** Rodrigo Zuquim. **Estagiária:** Luana Dorigon
Colaboradores: Gabriel Tabatcheik e Tales Silveira
Negócios: Ricardo Bastos. **Administração:** Beatriz Souza
+55 (61) 98082-2771
www.agenciainfra.com

Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this? unsubscribe from this list update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|